



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO  
ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE CAPELAS

## **PROJETO EDUCATIVO DE ESCOLA**



**TRIÉNIO 2016-2019**

**À comunidade educativa,  
que tornou possível a concretização deste Projeto Educativo,  
incentivando, apoiando e colaborando na sua realização.**

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	PRINCÍPIOS E VALORES QUE ORIENTAM O PROJETO .....	5
	2.1. CONCEÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA .....	5
	2.2. ESCOLA INCLUSIVA .....	6
	2.3. OBJETIVOS .....	8
	2.4. POSICIONAMENTO PEDAGÓGICO/METODOLÓGICO .....	10
3.	A COMUNIDADE EDUCATIVA.....	11
	3.1. O MEIO .....	11
	3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA .....	11
	3.3. ENVOLVENTE HISTÓRICO-CULTURAL .....	13
	3.4. ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA .....	14
	3.5. ENVOLVENTE AMBIENTAL .....	15
4.	A ESCOLA.....	17
	4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA ESCOLA .....	17
	4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA ESCOLA.....	18
	4.2.1. ORGÂNICA DA ESCOLA .....	18
	4.2.2. ORGANIZAÇÃO ACADÉMICA .....	20
	4.3. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS .....	21
	4.4. RECURSOS HUMANOS .....	23
	4.4.1. OS DISCENTES .....	23
	4.4.2. O PESSOAL DOCENTE.....	29
	4.4.3. O PESSOAL NÃO DOCENTE .....	30
5.	A ESCOLA QUE QUEREMOS .....	31
	5.1. OBJETIVOS E VALORES .....	31
	5.2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO .....	32
	5.3. ESTRATÉGIAS E PLANOS DE AÇÃO.....	33
	5.4. OUTROS PLANOS DE AÇÃO.....	39
	5.5. LINHAS ORIENTADORAS DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA .....	39
6.	DISPOSIÇÕES FINAIS DO PROJETO .....	40
	6.1. DIVULGAÇÃO .....	40
	6.2. AVALIAÇÃO .....	40
	6.3. REVISÃO.....	41

## 1. INTRODUÇÃO

«A educação não transforma o mundo.

A educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo.»

Paulo Freire

A educação está em constante mutação, refletindo-se em maior ou menor grau de sucesso na vida de todo o processo educativo e envolvimento educativa.

A nossa missão enquanto escola é formar cidadãos ativos e conscientes, dotados de competências pessoais e sociais diversas, mas diferentes, com características, capacidades, interesses, motivações e histórias de vida distintas. E é neste sentido que, como escola, pretendemos proporcionar a cada aluno uma formação integral e diferenciada. Uma formação onde o saber se articula com o saber fazer, o saber ser e o saber viver. Contudo, para que tal seja possível o processo de ensino-aprendizagem tem de ser apresentado como uma experiência positiva, interessante, inovadora e criativa, onde os valores da convivência social estejam sempre presentes.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 13/2013/A, de 30 de agosto, o Projeto Educativo é o documento que consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a unidade orgânica se propõe cumprir a sua função educativa.

Ter um Projeto Educativo de Escola é ter uma estratégia, uma visão de futuro, baseada em princípios, valores e políticas que se aplicam na ação educativa dos alunos. Este documento caracteriza a escola e constitui a sua identidade, com características próprias e efeitos diferenciados na aprendizagem dos alunos. Deste modo, o Projeto Educativo associa-se ao conceito de escola como comunidade educativa, onde a instituição é considerada uma organização que pressupõe princípios de autonomia.

Em conclusão, considera-se que este Projeto Educativo de Escola pretenderá definir e afirmar quem somos e o que queremos ser como comunidade educativa, no próximo triénio.

Constituem, ainda, anexos a este Projeto os documentos cuja legislação exige.

## 2. PRINCÍPIOS E VALORES QUE ORIENTAM O PROJETO

### 2.1. CONCEÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ESCOLA

O direito de todas as pessoas à educação está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição da República Portuguesa.

A educação (do latim *educare*: erguer, instruir, formar) é um processo, um método e uma ação que possibilita o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais, morais e afetivas do ser humano.



Esquema n.º 1 – Uma escola com

identidade própria

A nossa escola tem a preocupação de promover a formação integral dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso das suas personalidades, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários.

Entende-se, por isso, a educação como sinónimo de formação, envolvendo quatro dimensões: competências, atitudes/comportamentos, valores e afetos, com a finalidade de permitir aos formandos o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões. Assim, formam-se cidadãos capazes quer de julgarem, com espírito crítico e criativo, o meio social em que se integram, quer de se empenharem na sua transformação progressiva.

A escola - comunidade educativa - tem responsabilidades perante a comunidade que serve e vice-versa. Deste modo, entende-se por comunidade educativa um local onde participam os representantes da comunidade escolar, no sentido alargado do termo: professores, alunos, funcionários, pais/encarregado de educação e representantes do município,

das associações sociais, económicas, culturais e científicas.

Como comunidade educativa promovemos simultaneamente os seguintes valores:



**Esquema n.º 2** – Valores promovidos pela educação

A conceção de educação e de escola articula-se de forma harmoniosa e adequada, uma vez que a educação visa contribuir para a formação integral dos alunos, habilitando-os com capacidades para intervir no meio social, enquanto a escola pretende chamá-los a participar ativamente na sua vida.

## **2.2. ESCOLA INCLUSIVA**

“Cada criança tem características, interesses e capacidades únicas e, assim, se pretendermos dar algum sentido ao direito à educação, os sistemas devem ser organizados e os programas educativos devem ser planeados de forma a ter em conta a vasta diversidade destas características e destas necessidades.” (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994)

A partir do momento que Portugal assina a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão de todas as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas turmas do ensino regular tornou-se um imperativo da política educacional. A turma regular (idealmente) tornar-se-á assim uma turma que acolhe a diferença e a diversidade, promovendo a equidade.

Atualmente exige-se que a escola seja para todos, na prática e não apenas na lei. Deve cumprir esta missão sem qualquer tipo de discriminação, ou seja, sem deixar para trás ou de fora aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem.

É neste contexto que aparece a Educação Especial no Sistema de Ensino Português, cujo principal objetivo é a promoção de uma educação inclusiva, que integre, mas que sobretudo promova a inclusão, perspetivando assim a integração social do cidadão, o seu sucesso educativo, a sua independência e autonomia nas diversas atividades da vida diária, que permita que, de acordo com as suas capacidades, o cidadão portador de deficiência prossiga os seus estudos ou obtenha uma preparação profissional que o permita integrar de forma efetiva o mercado de trabalho.

Na Região Autónoma dos Açores (RAA), a *práxis* da Educação Especial está baseada no disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2006/A, que regulamenta o regime jurídico da Educação Especial, e pela portaria n.º 75/2014, de 18 de novembro, que aprova o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos (RGAPA).

O primeiro estabelece e consolida a reforma iniciada em 1998 (e que ainda não se encontra terminada), em consequência da Declaração de Salamanca, é assim propósito optar-se na RAA por um modelo de escola inclusiva que promova a integração e cidadania, consonante e consistente com os objetivos desta declaração, devendo a nossa escola refletir nos seus documentos essenciais o modelo inclusivo, subscrito pela República Portuguesa e adotado por esta região.

De acordo com este paradigma educacional, todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais – incluindo as portadoras de incapacidades permanentes – devem aceder a escolas regulares que a elas se devem adequar, tendo em vista não só a sua integração, mas a sua plena inclusão de direito e de facto. No que concerne ao segundo, o RGAPA, regulamenta as práticas e o *modus operandi* relativos à implementação concreta da educação especial nas escolas da RAA.

Após o processo de sinalização dos alunos por parte do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e do Núcleo de Educação Especial, a população abrangida pelos serviços de Educação Especial passa a ser definida no âmbito do proposto na Classificação Internacional de Funcionalidade da Organização Mundial de Saúde (2007) (CIF).

É explicitamente determinado que os Serviços de Educação Especial se destinam a crianças e jovens com limitações significativas, ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais ou estruturais de carácter

permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social. Importa reforçar que a Educação Especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para a continuidade da vida académica ou para uma integração na vida ativa das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais.

Todo este processo de sinalização/avaliação/operacionalização é elaborado por uma equipa multidisciplinar (SPO/NEE/Titular de Turma/Diretor de Turma/Encarregado de Educação), resultando num modelo de Projeto Educativo Individual, que, levado à prática pelo Professor Titular ou Conselho de Turma, permite aproximar as condições de frequência de ensino dos alunos com Necessidades Educativas Especiais às condições de frequência dos alunos do Regime Educativo Comum.

### **2.3. OBJETIVOS**

Para concretizar o conceito de educação, são propostos os seguintes objetivos:

#### **Objetivos da Educação Pré-Escolar**

- Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- Contribuir para a estabilidade e segurança afetivas da criança;
- Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica;
- Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva;
- Proceder à despistagem de inaptações, incapacidades, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.



### **Objetivos do Ensino Básico**

- Assegurar uma formação geral comum a todos os discentes que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Consolidar o uso da língua materna;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, da língua, da história e da cultura portuguesas;
- Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, designadamente deficiências físicas e mentais, as condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;

- Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

### **Objetivos da Educação Especial**

- Inclusão educativa e social;
- Promoção da equidade educativa possibilitando a igualdade educativa no acesso e sucesso educativo dos alunos;
- Promoção da autonomia e estabilidade emocional dos alunos;
- Preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida pós-escolar ou profissional.

## **2.4. POSICIONAMENTO PEDAGÓGICO/METODOLÓGICO**

Para concretizar os objetivos propostos privilegiar-se-ão as competências e as metas curriculares. Neste âmbito, o conceito de competência vai ao encontro da definição dada por Philippe Junnaert: "Uma competência é uma tarefa executada por uma pessoa, ou por um grupo de pessoas, que integra saberes, saberes-estar, saberes-fazer ou saberes-tornar-se numa situação dada; uma competência é sempre contextualizada numa situação prevista e está sempre dependente da representação que a pessoa faz dessa situação".

Por sua vez, as metas curriculares estabelecem aquilo que pode ser considerado como a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos, em cada um dos anos de escolaridade ou ciclos do ensino básico. Constituem um referencial e ajudam a encontrar os meios necessários para que os alunos desenvolvam as capacidades e adquiram os conhecimentos indispensáveis ao prosseguimento dos seus estudos e às necessidades da sociedade atual.

Neste contexto, os professores, mais do que transmissores de conhecimentos, assumem-se como criadores e animadores de situações de aprendizagem, promotores de trabalhos cooperativos e de práticas pedagógicas diferenciadas. Os alunos tornam-se atores principais do processo ensino/aprendizagem, sendo os construtores/produtores dos seus próprios saberes, resolvendo problemas em contexto e desenvolvendo práticas de autoavaliação.

### 3. A COMUNIDADE EDUCATIVA

#### 3.1. O MEIO

O concelho de Ponta Delgada, com uma área aproximada de 231,92 Km<sup>2</sup>, inclui vinte e quatro freguesias, a saber: Ajuda da Bretanha, Arrifes, Candelária, Capelas, Covoada, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Fenais da Luz, Feteiras, Ginetes, Livramento, Matriz, Mosteiros, Pilar da Bretanha, Relva, Remédios, Santa Bárbara, Santa Clara, Santo António, São José, São Pedro, São Roque, São Vicente Ferreira e Sete Cidades.

A Escola Básica Integrada de Capelas pertence ao concelho de Ponta Delgada, situa-se na costa Norte da Ilha de S. Miguel e possui uma área pedagógica de oito freguesias: Fenais da Luz, São Vicente Ferreira, Capelas, Santo António, Santa Bárbara, Remédios, Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha, numa área total de 74.9Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 28,6% da área do concelho. (Fig.1)

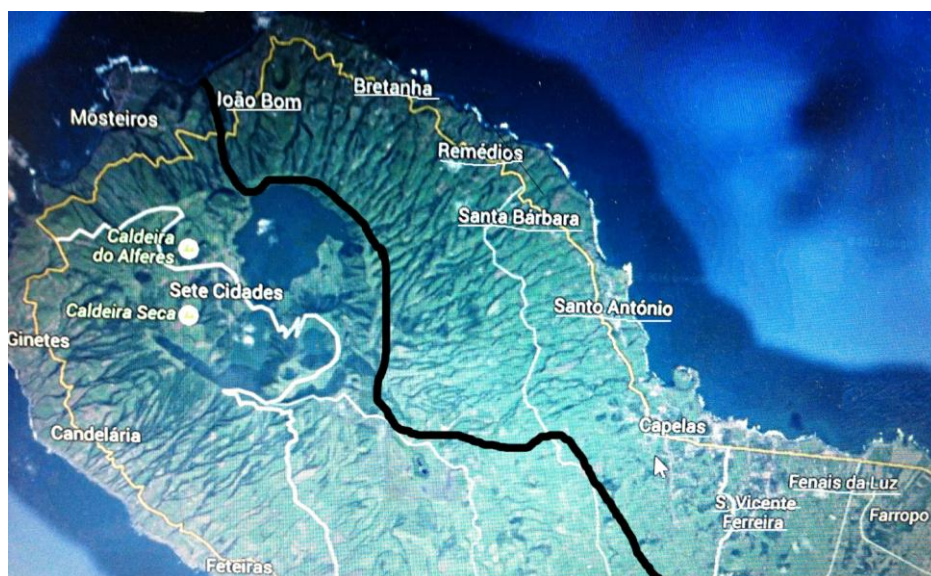


Figura 1 – Área Pedagógica da Escola Básica Integrada de Capelas

#### 3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

De acordo com os censos de 2011, este concelho conta com cerca de 68.000 habitantes, que se distribuem de modo muito irregular pelo território. Em todas as freguesias do concelho, predomina a população adulta, não chegando a percentagem de jovens a atingir os 30% da população total.

No que concerne ao nível de instrução, há uma grande incidência de níveis de instrução muito baixos, principalmente nas freguesias rurais.

A área pedagógica apresenta, nos censos de 2011, uma população de 13.399 habitantes. Na última década, esse valor teve um ligeiro acréscimo, apesar da freguesia de Santo António ter tido um decréscimo. A freguesia de Capelas é considerada, no Plano Desenvolvimento Municipal de Ponta Delgada, como segundo centro funcional do concelho, o que terá contribuído para a fixação da população.

Pela análise do quadro 1, podemos constatar que São Vicente Ferreira teve um crescimento significativo, contrariando a tendência geral da área pedagógica. Quanto às freguesias mais densamente povoadas, destacam-se Fenais da Luz, Capelas e São Vicente Ferreira.

	<b>População 2001</b>	<b>População 2011</b>	<b>Variação da População 2001-2011</b>	<b>Dens. 2001</b>	<b>Dens. 2011</b>	<b>Área Km</b>
Bretanha (Ajuda e Pilar)	1334	1334	0,0%	102,6	102,6	13,0
Fenais da Luz	1895	2009	+6,0%	246,1	261,9	7,7
Remédios	897	931	+3,8%	160,2	167,4	5,6
Santa Bárbara	880	885	+0,6%	100,0	92,2	8,8
Santo António	2004	1829	-8,7%	171,3	155,9	11,7
São Vicente Ferreira	1664	2361	+41,9%	146,0	207,7	11,4
Capelas	3759	4080	+8,5%	223,8	242,3	16,8
Área Pedagógica	12433	13399	+7,8%	166,0	175,7	74,9
Concelho	65854	68809	+4,5%	251,4	296,72	261,9

Fonte: I.N.E. Recenseamentos Gerais da População

**Quadro n.º 1** – Variação da População e Densidade Populacional

Relativamente à estrutura etária da população, constata-se que a área pedagógica (quadro 2) começa a indiciar um decréscimo da taxa de natalidade e um consequente envelhecimento da população.

	<b>0-14</b>	<b>15-24</b>	<b>25-64</b>	<b>+65</b>
Bretanha (Ajuda e Pilar)	+ 11,00	+ 4,00	+ 9,00	- 2,00
Fenais da Luz	+ 12,91	- 6,56	+ 24,44	- 9,76
Remédios	- 35,77	- 5,17	- 1,89	+ 69,44
Santa Barbara	- 22,03	- 15,29	+ 12,35	0,00
Santo António	- 36,73	- 23,65	+ 9,42	- 2,75
São Vicente Ferreira	+ 27,30	+ 11,85	+ 56,30	+ 60,00
Capelas	- 14,97	- 10,98	+ 32,12	- 4,37
Área Pedagógica	- 13,55	- 8,54	+ 18,96	+ 16,08
Concelho	- 31,80	- 26,94	+ 12,48	- 14,38

Fonte: I.N.E. Recenseamentos Gerais da População

**Quadro n.º 2** – Variação, por grupos etários, da percentagem da população 2001/2011

Esta tendência poderá levar, a curto prazo, a uma diminuição dos efetivos em idade de escolarização.

### **3.3. ENVOLVENTE HISTÓRICO-CULTURAL**

A freguesia dos Fenais da Luz, elevada a essa condição através da Carta de Lei de D. Manuel, datada de 8 de agosto de 1515, foi assim denominada por ser um sítio de produção de feno. A dita freguesia é constituída pelos lugares de Farropo e Bom Jesus dos Aflitos, este último assim chamado, segundo a tradição, por ter havido, em 1582, no local denominado de Batalha ou Carvalho, uma batalha entre as tropas de D. António Prior do Crato e de Filipe II, rei de Espanha.

As freguesias de S. Vicente Ferreira, Santo António, Santa Bárbara, Remédios, Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha devem os seus nomes aos seus santos padroeiros. Estas últimas três freguesias integravam a zona da Bretanha, assim denominada devido ao facto de ali se terem estabelecido alguns bretões, a partir do século XV. A sua influência cultural ainda é patente entre a população mais idosa, nomeadamente em alguns aspetos linguísticos.

No que concerne à Vila das Capelas, esta adquiriu essa condição pelo Decreto de 23 de julho de 1839. Catorze anos depois, em 2 de julho de 1853, foi extinto o respetivo município por falta de recursos, mantendo, no entanto, o título de vila. A sua denominação deve-se ao facto de se realizarem “capelas” pelo S. João, ou então, de acordo com outra tradição, por nos seus campos pastarem muitas vacas malhadas, que os antigos denominavam de “capelas”.

A caça à baleia foi uma atividade com grande implementação entre a população das Capelas, mais concretamente na zona de Poços, fronteira entre as freguesias de S. Vicente Ferreira e Capelas, onde, ainda hoje, existem alguns vestígios da fábrica de transformação da baleia, nomeadamente a monumental rampa de varagem, com o respetivo guincho, e a imponente chaminé, que constituem valioso exemplar histórico desta atividade agora extinta.

Todas as freguesias possuem no seu património arquitetónico as suas igrejas paroquiais, algumas das quais bastante antigas. Há ainda a destacar a existência de numerosos fontanários, alguns deles recuperados de acordo com os traços originais. Existem, também, algumas habitações solarengas com riquíssimas fachadas e muitas divisões originais, assim como um número apreciável de moinhos de vento.

Culturalmente, destacam-se as sempre muito devotas Festas do Espírito Santo, Romarias Quaresmais e as festas votivas aos Santos Padroeiros das várias paróquias da zona

envolvente desta Escola Básica Integrada. Relativamente a festividades de índole não religiosa, há a referir a “Semana do Baleeiro”, que se celebra todos os anos na Zona de Poços, na freguesia de São Vicente Ferreira.

Desde longa data, têm contribuído para o desenvolvimento social e cultural desta zona a existência das casas de povo, das filarmónicas, dos clubes desportivos, dos grupos de jovens, dos escuteiros. Destacam-se, ainda, o grupo de cantares Belaurora e o Grupo Folclórico da Escola Preparatória de Capelas, este último com sede na EB 2,3 de Capelas, ambos com mais de trinta anos de atividade, tendo uma relação muito próxima com a nossa instituição. Para além destes, mais recentemente, há a salientar o papel da Associação Norte Crescente na dinamização de atividades diversificadas.

### **3.4. ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA**

A atividade económica do concelho assenta em três grandes pilares de sustentação: pecuária, pesca e turismo.

As freguesias desta área escolar foram bastante beneficiadas com a melhoria das vias de acesso a Ponta Delgada. Nos últimos anos, o valor dos terrenos e das moradias subiu, a fixação de pessoas aumentou, assistindo-se, ainda, a uma grande deslocação diária de trabalhadores para Ponta Delgada.

A agropecuária continua a ser um setor base de sustento da maioria das famílias. No entanto, o setor da prestação de serviços continua a absorver uma parte significativa da população, enquadrando-se esta no mercado de trabalho do comércio e das indústrias hoteleira, de restauração e de panificação, nomeadamente na área de Ponta Delgada.

Na generalidade das freguesias, junto dos polivalentes das casas de povo e juntas de freguesia, o setor da saúde também dispõe de instalações satisfatórias, proporcionando aos seus utentes boas condições de atendimento. A população desta zona da ilha tem ao seu dispor uma farmácia, uma parafarmácia e dois postos farmacêuticos, localizados nas freguesias de Capelas, Santo António e Ajuda da Bretanha.

A nível de infraestruturas desportivas, existem dois campos de futebol, em Capelas e Santo António, homologados para a prática de futebol federado, e outros três, em Santa Bárbara, Remédios e Pilar da Bretanha, para a prática de futebol não federado. As freguesias de São Vicente Ferreira, Capelas e Santo António possuem um polidesportivo para a prática de várias modalidades desportivas, tais como hóquei em patins e futebol de cinco.

Da análise dos dados recolhidos, conclui-se que, nas freguesias mencionadas, existem as infraestruturas essenciais que permitem assegurar bens e serviços básicos necessários à vivência comunitária (padarias, minimercados, cafés, empresas de transporte e construção civil, explorações agrícolas, unidades de saúde e centros de atividades de tempos livres e de convívio de idosos).

Na Vila de Capelas, é possível encontrar serviços ainda mais especializados, tais como bancos, mediadores de seguros, farmácia, creche, postos de abastecimento de combustível, unidades hoteleiras ou turismo de habitação, entre outros.

Na generalidade, a população residente nesta zona do concelho é de nível socioeconómico médio-baixo, dedicando-se a atividades como a agropecuária e a prestação de serviços.

### **3.5. ENVOLVENTE AMBIENTAL**

A paisagem rural da área de Capelas apresenta grandes extensões de pastagens, tal como se verifica nas restantes ilhas. Nas zonas dos Fenais da Luz, São Vicente Ferreira e Capelas encontram-se algumas quintas. A partir de Santo António, e dado que a costa é bastante alta, predominam as pastagens e matas, notando-se, junto dos agregados populacionais, algumas hortas.

Na zona mais alta, próxima da Serra das Sete Cidades, encontram-se algumas lagoas, designadamente Lagoa do Canário, Lagoa das Empadadas e Lagoa do Pau Pique. Antigamente, a água destas lagoas abastecia os fontanários públicos de Ponta Delgada, para onde era conduzida através de um longo aqueduto de pedra, do qual ainda há vestígios próximo da Lagoa do Carvão, no chamado Muro das Nove Janelas. Nesta zona, conservam-se algumas espécies endémicas de altitude e abundam muitas matas de criptoméria. Esta é, também, uma zona rasgada por inúmeros cursos de água, a partir de Capelas para poente, conferindo à paisagem uma beleza extraordinária.

A zona litoral a partir de Capelas para poente é dominada por altas falésias e oferece abrigo a várias espécies de aves migratórias, como o cagarro e os garajaus. Estas contrastam com a costa baixa da zona de Poços (Capelas e São Vicente Ferreira) e Fenais da Luz, onde se pode observar um grande número de plantas endémicas, como a vidália (*Azorina vidalis*), o brasel-da-rocha (*Festuca petrea*), a salsa-burra (*Daucus carota ssp. azoricus*) e a erva-leiteira (*Euphorbia azorica*).

A área das Capelas e São Vicente Ferreira possui das melhores condições climatéricas da ilha de São Miguel, sendo intitulada no século passado de sanatório de São Miguel, pela pureza do ar e pelo contributo que dava aos doentes com problemas respiratórios que para aqui se deslocavam em busca de cura.

Os Poços de São Vicente são uma zona balnear de referência na costa norte do concelho de Ponta Delgada, com todas as condições para corresponder às necessidades de locais e visitantes, sendo muito procurada no verão, como zona de lazer e recreio. Uma via litoral percorre a costa e facilita o acesso a esta piscina seminatural, dotada de bons equipamentos de apoio, onde se poderá usufruir do mar e desfrutar de uma agradável vista sobre a costa norte da ilha.

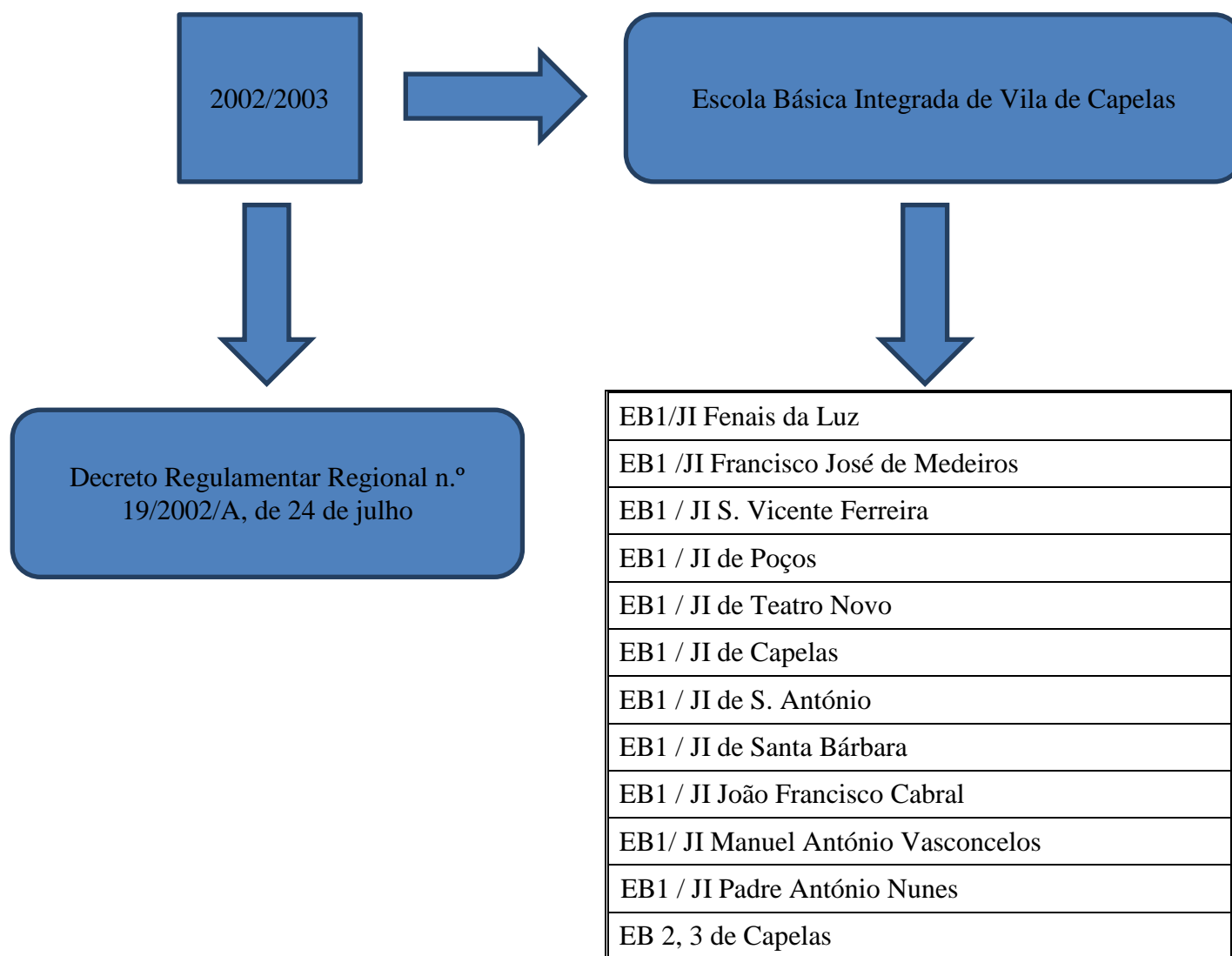
Existem alguns trilhos pedestres, onde podemos desfrutar do contacto com a natureza e apreciar a beleza e riqueza paisagística, geomorfológica e biológica:

- PR1 SMI – Vigia de São Pedro;
- PRC33 SMI – Atalho dos Vermelhos;
- PRC17 SMI – Nascentes da Rocha de Sto. António;
- PR4 SMI – Mata do Canário – Sete Cidades.



## 4. A ESCOLA

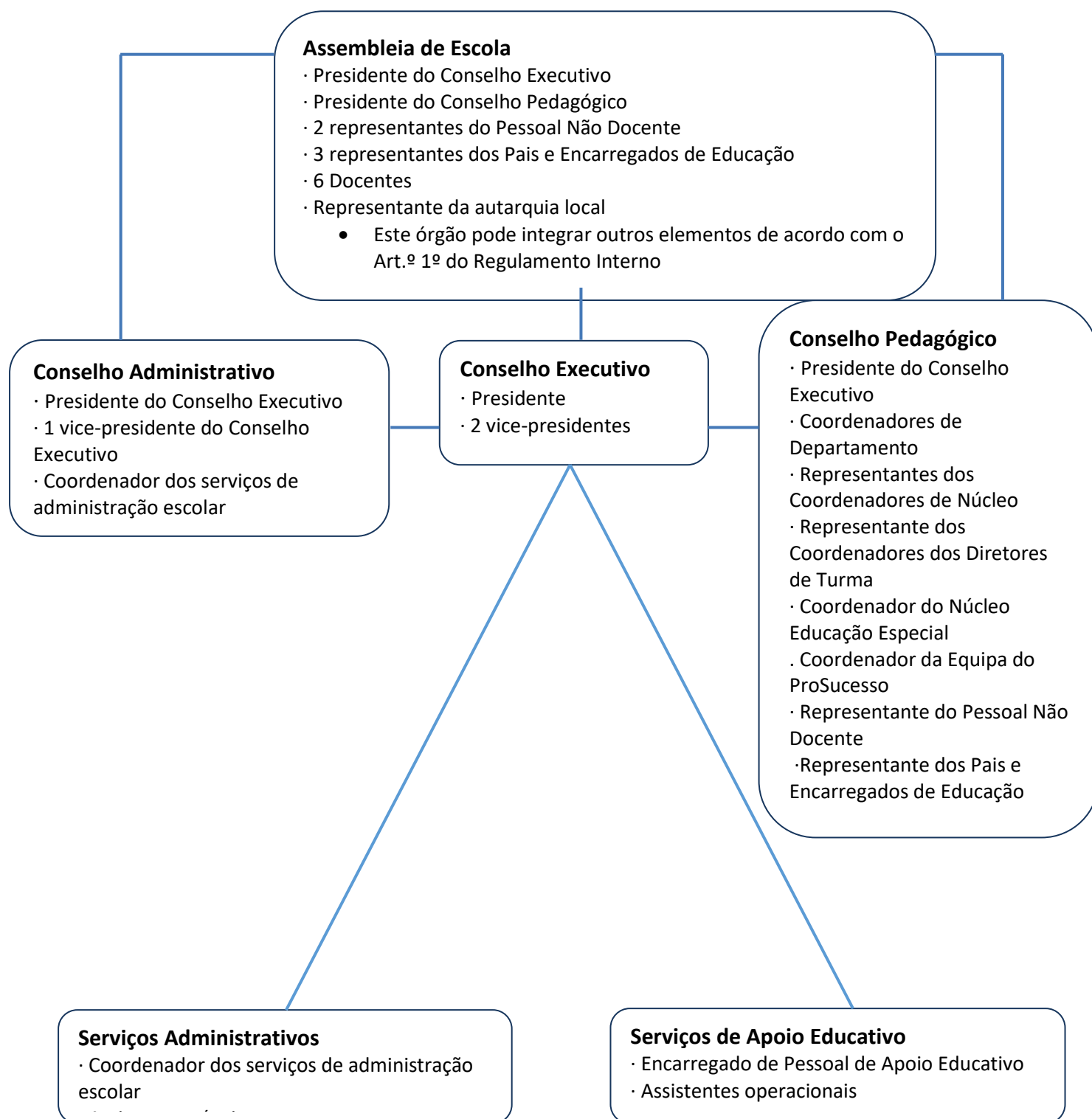
### 4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA ESCOLA



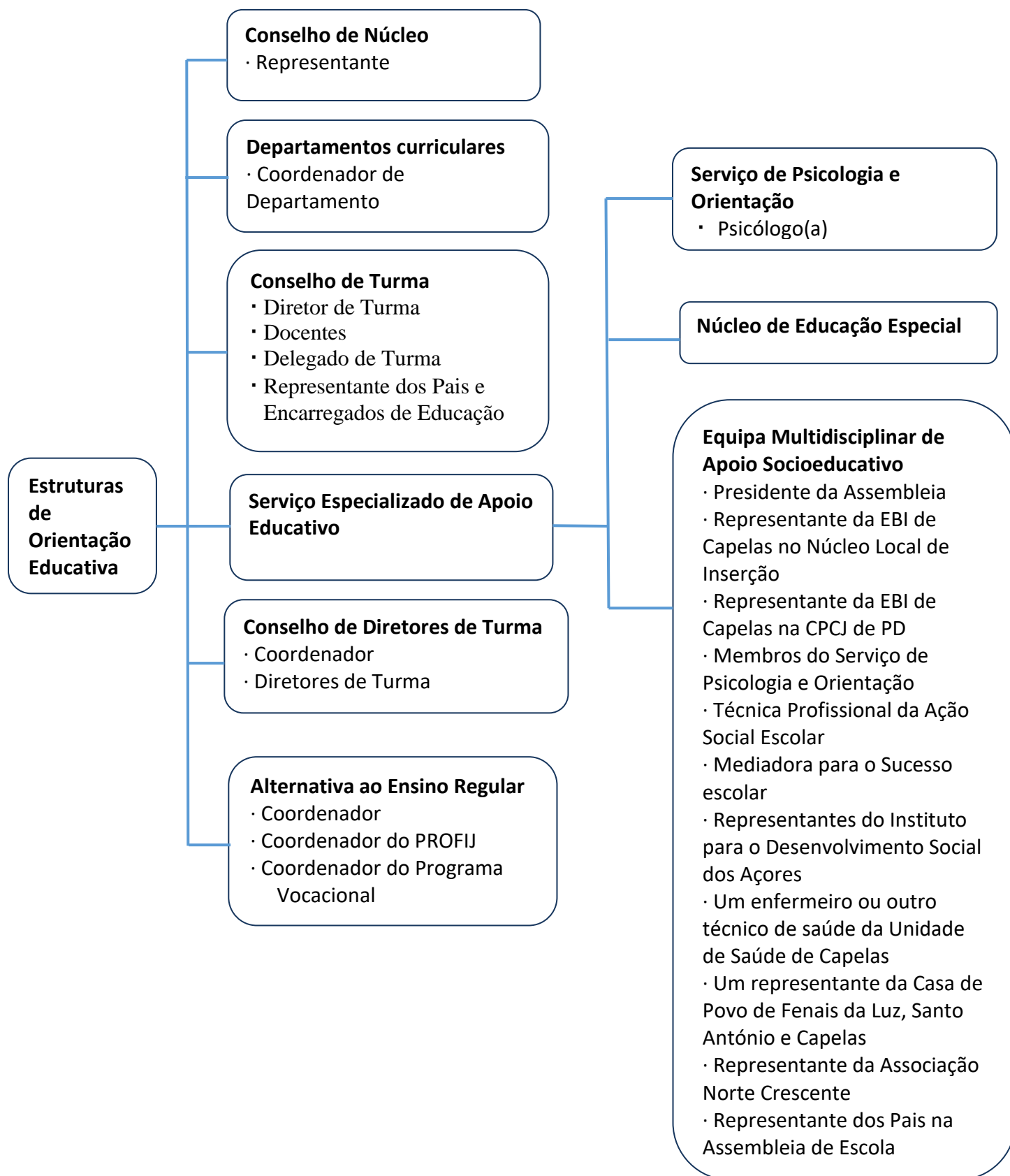
**Esquema n.º 3 – Enquadramento Legal**

## 4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DA ESCOLA

### 4.2.1. ORGÂNICA DA ESCOLA



Esquema n.º 4 – Órgãos de Administração e Gestão



Esquema n.º 5 – Estruturas de Orientação Educativa

## **4.2.2. ORGANIZAÇÃO ACADÉMICA**

### **Estrutura Curricular**

A estrutura curricular de cada ciclo de ensino e da educação pré-escolar encontra-se definida por Lei, cabendo, no entanto, aos órgãos de gestão da Escola e aos Conselhos de Núcleo/Conselhos de Turma, dentro das suas competências e em função da escola e de cada turma, organizar, adaptar e gerir a estrutura curricular, bem como os seus conteúdos, de forma a aumentar a motivação e o sucesso educativo.

### **Alternativas ao Ensino Regular**

A escola tem vindo a revelar, ao longo dos tempos, uma preocupação constante pela total inserção das crianças, adolescentes e jovens. Tendo em conta as realidades culturais dos discentes e o contexto social em que se movimentam, há a necessidade e a obrigação de propor alternativas ao ensino regular, de modo a possibilitar a formação a todos os que frequentam a escola.

Considerando a legislação recente, as ideias e as preocupações de todos os intervenientes no processo educativo, houve a necessidade de adotar programas e projetos que vissem cativar os jovens de forma a corresponder às suas expectativas. O combate à desmotivação, ao desinteresse e à exclusão conduziu à emergência e consolidação de alternativas com vista ao futuro.

Nesta perspetiva, a Escola Básica Integrada de Vila de Capelas propõe as seguintes alternativas ao ensino regular:

- Programa UNECA (Unidades Especializadas de Currículo Adaptado – Ocupacional, Socioeducativo, Despiste e Orientação Vocacional e Pré-Profissionalizante);
- Programa Oportunidade;
- PROFIJ (Programa Formativo e Inserção de Jovens);
- Programa Vocacional;
- Projeto Curricular Adaptado.

### 4.3. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

#### Instalações

Os vários estabelecimentos que fazem parte da Escola Básica Integrada de Capelas não se encontram todos apetrechados de igual forma. A quantidade de salas de aulas e outros espaços distribui-se do seguinte modo:

	Salas de aula	Biblioteca	Ginásio/Espaços adaptados	Refeitório	Sala de professores
EB1/JI Fenais da Luz	4			1	
EB1 /JI Francisco José de Medeiros	3			1	
EB1 / JI S. Vicente Ferreira	6		1	1	1
EB1 / JI de Poços	3			1	
EB1 / JI de Teatro Novo	2		1	1	
EB1 / JI de Capelas	8		1	1	1
EB1 / JI de S. António	11	1	1	1	2
EB1 / JI de Santa Bárbara	6		1	1	1
EB1 / JI João Francisco Cabral	5	1		2	1
EB1/ JI Manuel António Vasconcelos	3		1	1	1
EB1 / JI Padre António Nunes	4			1	1
EB 2, 3 de Capelas e Escola Profissional de Capelas <sup>1</sup>	40	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>11</b>

Quadro n.º 3 – Instalações da Escola Básica Integrada de Capelas

As instalações da Escola EB 2, 3 de Capelas comportam, para além das salas de aula, cinco laboratórios, duas oficinas, duas salas de Educação Musical, uma sala de Informática, um ginásio e um auditório. Na escola existe, ainda, uma sala de funcionários, um gabinete dos Serviços de Psicologia e Orientação e uma sala de diretores de turma.

Na Escola EB 2, 3 de Capelas, a relação da quantidade de salas com o atual número de turmas obriga a uma grande mobilidade entre salas e blocos por parte de alunos e docentes, provocando grande transtorno. Para haver equilíbrio, e conseqüente melhoria nas condições de funcionamento, seria necessário reduzir o número de turmas, uma vez que, nos últimos anos, a escola tem recebido algumas turmas do primeiro ciclo da Escola EB1/JI de Capelas, como forma de evitar o regime de desdobramento.

A qualidade dos espaços e a falta de algumas infraestruturas são lacunas que necessitam ser colmatadas de maneira a serem proporcionadas boas condições de trabalho a toda a comunidade educativa.

As escolas do jardim-de-infância e do primeiro ciclo desta unidade orgânica têm sido alvo de algumas obras de manutenção por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Os órgãos de gestão, com competência na matéria, nomeadamente, Conselho Executivo, Assembleia de Escola, representantes dos Encarregados de Educação e, mais recentemente, a Associação de Pais e Encarregados de Educação, têm envidado esforços no sentido de avançar para a construção de um novo edifício escolar da Escola EB 2,3 de Capelas, que ainda não foi concretizada. É de registar que a necessidade de intervenção nas estruturas físicas da Escola Básica 2,3 de Capelas, desde há muito assinalada, é premente e determinante para o bem-estar, conforto e melhoria do sucesso escolar dos alunos.

Neste sentido, no ano letivo de 2015/2016, estudos feitos à estabilidade das estruturas dos edifícios da Escola EB 2,3 de Capelas, pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil, concluíram que o Bloco D e, posteriormente, as oficinas do Bloco C, não ofereciam garantias de segurança para a sua utilização, pelo que foram encerradas. Para colmatar a consequente falta de espaço estão a ser utilizadas instalações da Escola Profissional de Capelas, nomeadamente o Bloco de Eletrónica e um bloco de oficinas, para onde foram deslocadas algumas turmas. Apesar dos esforços feitos pelo Órgão de Gestão, esta mudança acarretou alguma instabilidade para a comunidade escolar. O distanciamento destas instalações, aumentou a dificuldade em aceder aos serviços de apoio, nomeadamente biblioteca, reprografia, papelaria, serviços administrativos, bar e refeitório, para além do acesso aos transportes escolares.

Neste último ano letivo, a tutela mudou a sua estratégia e decidiu-se pela requalificação desta escola, tendo sido elaborados estudos geológicos de terreno pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil com vista à elaboração deste projeto.

Em relação às coberturas das escolas do 1.º ciclo foi feito um levantamento das estruturas com amianto, da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada, tendo-se verificado a existência deste material na EB1/JI de Santo António e na EB1/JI dos Poços.

Na Escola EB 2,3 de Capelas foi feita a monitorização da qualidade do ar, pela Direção Regional de Educação, onde foram identificadas algumas salas do Bloco A e B com valores limite de exposição acima do recomendado.

### **Equipamentos/Recursos**

Nos tempos que correm, as novas tecnologias desempenham um papel preponderante no processo de ensino/aprendizagem dos alunos. As condições materiais oferecidas pela escola visam compreender as dinâmicas de um ensino mais ativo, visto que é dever da escola investir na criação de recursos e aquisição de equipamentos que auxiliem os docentes e demais intervenientes no processo de ensino/aprendizagem. No entanto, verifica-se neste momento que

os equipamentos/recursos se encontram desatualizados, e muitos inoperacionais, não reunindo condições para o funcionamento de programas e aplicações da internet.

Ao longo dos anos, a biblioteca da Escola EB 2, 3 de Capelas, inaugurada em dezembro de 1984, tem vindo a aumentar o seu acervo bibliográfico e de suporte multimédia, no sentido de servir cada vez melhor os interesses dos seus frequentadores e da comunidade educativa em geral, funcionando como um Centro de Recursos para toda a Escola Básica Integrada.

Atualmente, a biblioteca possui mais de 11.000 exemplares, repartidos por monografias, obras de referência, material audiovisual e periódicos.

Algumas escolas do primeiro ciclo e da educação pré-escolar estão dotadas de pequenas bibliotecas escolares, sendo, todavia, os materiais e recursos existentes muito reduzidos, uma vez que na maioria das escolas são apenas armários com livros. Apesar das limitações existentes, qualquer educador/professor das escolas do primeiro ciclo e do jardim-de-infância pode requisitar os materiais de que necessitar na biblioteca da EB 2, 3 de Capelas.

Ao nível dos equipamentos/recursos, verifica-se que as escolas do primeiro ciclo se encontram mais carenciadas, havendo, contudo, a preocupação, sempre que possível, de provê-las com o material audiovisual necessário.

Presentemente o Núcleo de Educação Especial possui alguns materiais didáticos, havendo grande necessidade de *software* dedicado à educação especial. Em termos de equipamentos possui 2 computadores e 7 *tablets*.

#### **4.4. RECURSOS HUMANOS**

##### **4.4.1. OS DISCENTES**

Os alunos são um dos principais intervenientes de todo o processo de ensino/aprendizagem. Assim, é muito importante conhecer não só as suas expectativas em relação à escola, mas também o contexto familiar em que se inserem, de modo a que a escola promova o sucesso.

##### **Número de Alunos/Turmas**

No ano letivo de 2015/2016, encontravam-se matriculados nesta escola 1606 alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar, Ensino Regular e pelas Alternativas ao Ensino Regular.

Os quadros seguintes referem-se ao número de alunos/turmas existentes nos vários níveis de ensino, nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016.

Nº alunos	Ed. Pré-escolar	1.ºCiclo	2.ºCiclo	3.ºCiclo	UNECA Ocupac.	UNECA TVA	Prog. Op.	PCA	PROFIJ	Total
2013/2014	275	580	276	407	8	0	180	0	0	1726
2014/2015	307	508	289	378	6	20	76	27	40	1670
		19 PCA								
2015/2016	322	478	265	355	3	23	48	39	61	1609
		15 PCA								

**Quadro n.º 4** – Número de alunos da Escola Básica Integrada de Capelas

N.º turmas	Ed. Pré-Escolar	1.ºCiclo	2.ºCiclo	3.ºCiclo	UNECA Ocupac.	UNECA TVA	Prog. Op.	PCA	PROFIJ	Total
2013/2014	14	33	14	19	1	0	12	0	0	93
2014/2015	17	31	14	18	1	2	7	3	2	97
		2 PCA								
2015/2016	18	32	13	17	1	2	8	4	4	101
		2 PCA								

**Quadro n.º 5** - Número de turmas da Escola Básica Integrada de Capelas

Pela análise dos quadros, podemos concluir que, de um modo geral, houve um decréscimo no número de alunos e um aumento no número de turmas, devido sobretudo ao aumento do número de turmas com currículos alternativos ao ensino regular. As exceções são na educação pré-escolar, que de 2013 para 2015 sofre um aumento, quer no número de alunos quer no número de turmas.

A população de discentes com Necessidades Educativas Especiais constitui uma realidade na nossa escola. Compete ao Núcleo de Educação Especial orientar e coordenar, na unidade orgânica, em estreita colaboração com os órgãos de administração e gestão da escola, as atividades desenvolvidas de modo a promover a igualdade de oportunidades para o cidadão portador de deficiência em idade escolar, assim como, a sua inserção social na comunidade e a transição desta população escolar para a vida ativa com sucesso.

O quadro número seis apresenta o número de alunos integrados no Regime Educativo Especial, nos últimos três anos letivos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> 2012 -2013 - Informação não obtida.



Ano Letivo	Jardim de Infância	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	PCA	PEREE	Terapia da Fala
2015/2016	15	58	14	4	60	30	58
2014/2015	10	54	11	0	4	30	60
2013/2014	4	68	14	7	3	25	35

Quadro n.º 6 - Alunos que integraram o regime educativo especial

### Níveis Etários

As idades dos alunos matriculados nesta escola nos diferentes anos letivos, na globalidade, não se afastam do padrão normal das várias etapas da educação básica.

A distribuição de idades dos alunos encontra-se referenciada no quadro que se segue, o que estabelece a comparação com os valores do ano 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016.

Anos letivos	Ed. Pré-Escolar	1.ºCiclo	2.ºCiclo	3.ºCiclo	TVA	PCA	ProgOp.	PROFIJ
2013/2014	4	7,8	10,9	13,5			15	
2014/2015	4	8	11,1	13,6	13,85	13,6	15	15,75
2015/2016	4	7,9	11,1	13,38	14,8	14	15	15,8

Quadro n.º 7 – Média de idades dos alunos da Escola Básica Integrada de Capelas

Pela análise dos dados, constata-se que o nível etário dos alunos, nos últimos anos, na educação pré-escolar e no Programa Oportunidade não sofreu oscilações. No primeiro ciclo, no Programa Transição para a Vida Ativa (TVA) e no Programa Projeto Curricular Adaptado (PCA) registou-se um ligeiro aumento. No segundo ciclo a média das idades aumentou, entre 2013/2015 e manteve-se igual em 2016. No terceiro ciclo, a média de idades aumentou ligeiramente entre 2013/2015 e diminuiu ligeiramente em 2016. Relativamente ao Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), não foi lecionado nesta escola no ano letivo de 2013/2014 por falta de candidatos. Entre 2014/2016 registou-se um ligeiro aumento.

### Níveis de Carência Económica

Os níveis de carência económica da nossa população escolar foram obtidos mediante a análise dos apoios da Ação Social Escolar, concedidos a alunos matriculados na Educação Pré-Escolar, no Ensino Regular e nas alternativas a este sistema de ensino.

A distribuição dos níveis de carência por escalões pode constatar-se mediante a análise do quadro que se segue.

	E s c a l õ e s				Sem escalão
Anos letivos	I	II	III	IV	V
<b>2013/2014</b>	37,7%	28%	23,3%	11%	33,7%
<b>2014/2015</b>	38,7%	32,3%	19,3%	9,7%	27,1%
<b>2015/2016</b>	37%	31%	23%	9%	30%

**Quadro n.º 8** – Percentagem dos alunos com níveis de carência da Escola Básica Integrada de Capelas

Da análise do quadro, conclui-se que o escalão atribuído à maioria dos alunos foi o I, seguido do II escalão, sendo que poucos beneficiaram do IV escalão.

De acordo com o exposto, é possível afirmar que o nível de carência económica dos agregados familiares é bastante elevado, com a agravante, da maioria das famílias ter rendimentos baixos. Neste sentido, importa salientar que no último ano, em referência, foram atribuídos apoios a 70% dos alunos.

### **Absentismo**

Neste item são consideradas duas vertentes: o abandono escolar e a assiduidade irregular dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, pelo que não constam dados relativos à educação pré-escolar.

Trata-se de duas situações que têm sido objeto de preocupação e reflexão.

A situação relativa ao abandono escolar e à assiduidade irregular dos alunos pode constatar-se através da análise pormenorizada dos quadros números 8 e 9.

Os dados referentes ao abandono escolar reportam-se aos alunos que deixaram de frequentar a escola. No que concerne à assiduidade irregular, foram contabilizados todos aqueles que atingiram ou ultrapassaram metade do limite de faltas previsto na Lei, numa ou em mais disciplinas.

**Abandono escolar**

	1.ºCiclo	2.ºCiclo	3.ºCiclo	TVA/PCA	Prog.Op. Sub-I/II/III	ProgOp. Sub-Prof.	PROFIJ
<b>2013/2014</b>	0%	0%	1%	----	2,2%	0%	---
<b>2014/2015</b>	0%	0%	0%	10,6%	8,8%	0%	0%
<b>2015/2016</b>	0%	1,9%	0,8%	9,7%	4,6%	50%	0%

**Quadro n.º 9** – Percentagem de alunos com abandono escolar

Em relação ao 1.º ciclo e ao PROFIJ não houve abandono escolar no triénio 2013/2016.

Em relação aos 2.º e 3.º ciclos o abandono escolar é residual.

Nos programas alternativos ao ensino regular, TVA/PCA e Programa Oportunidade Subprogramas I/II/III o abandono escolar apesar de ter reduzido em 2015/2016 continua a ter alguma importância. No que concerne ao Programa Oportunidade Subprograma Profissionalizante apenas houve abandono escolar em 2015/2016, sendo este muito significativo já que metade dos alunos abandonaram o referido programa, enquanto que nos anos anteriores a taxa de abandono era de 0%.

**Assiduidade irregular**

	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	TVA/PCA	Prog.Op. Sub-I/II/III	ProgOp. Sub-Prof.	PROFIJ	Total
<b>2013/2014</b>	0%	0,7%	1,2%	----	14,9%	0%	----	1,9%
<b>2014/2015</b>	0%	10,7%	9,2%	38,3%	30,9%	62,5%	46,3%	10%
<b>2015/2016</b>	0,4%	14,4%	8,7%	33,9%	40,9%	50%	46,3%	9,7%

**Quadro n.º 10** – Percentagem de alunos com assiduidade irregular

Em relação à assiduidade irregular, é preocupante em todos os níveis de ensino à exceção do 1.º ciclo, pelo que podemos concluir que pode ser um dos fatores impeditivos para que haja maior sucesso na escola.

Para combater a assiduidade irregular e o abandono escolar, a escola tem elaborado, anualmente, um plano de combate à exclusão social e dado seguimento àquilo que se encontra legislado para o efeito.

### Sucesso Educativo

O sucesso educativo é o principal objetivo de uma escola. Desta forma, tem sido preocupação de todos os intervenientes desta comunidade educativa trabalhar, no sentido de melhorar as aprendizagens dos alunos, levando-os a atingir patamares superiores de sucesso.

Os quadros seguintes mostram o sucesso educativo da nossa escola no triénio 2013/2016.

Ensino Regular	Anos de escolaridade	Anos letivos		
		2013/2014	2014/2015	2015/2016
1.º Ciclo	1.º Ano	84%	100%	100%
	2.º Ano	79%	93%	88%
	3.º Ano	88%	97%	94%
	4.º Ano	90%	90%	98%
2.º Ciclo	5.º Ano	76%	75%	88%
	6.º Ano	69%	76%	69%
3.º Ciclo	7.º Ano	54%	75%	75%
	8.º Ano	78%	71%	91%
	9.º Ano	68%	76%	83%
Percentagem de sucesso da Escola Básica Integrada		76%	83%	87%

Quadro n.º 11 – Sucesso educativo no ensino regular

Alternativas Ao Ensino Regular		Anos letivos		
Programas		2013/2014	2014/2015	2015/2016
Programa Oportunidade	Programa Oportunidade Subprograma I/II/III	55%	77%	86%
	Programa Oportunidade Subprograma Profissionalizante	73%	50%	0%
Transição para a Vida Ativa/Projeto Curricular Adaptado		----	44%	69%
PROFIJ		---	54%	64%

Quadro n.º 12 - Sucesso educativo nas alternativas ao ensino regular

Ao longo do triénio 2013/2016 a taxa de sucesso tem vindo a subir em todos os anos de escolaridade.

Esta tendência é válida para os programas alternativos ao ensino regular, exceto no Programa Oportunidade Subprograma Profissionalizante em que neste triénio tem vindo a diminuir. No ano letivo de 2015/2016 o sucesso de 0% refere-se à avaliação de uma única aluna.

#### 4.4.2. O PESSOAL DOCENTE

O docente é, por princípio, o principal interveniente na partilha de conhecimentos, atitudes e valores com os alunos. Como tal, a caracterização do corpo docente será sempre fundamental para a compreensão da realidade escolar, bem como para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

##### Número de Docentes da Escola Básica Integrada de Capelas

No ano letivo de 2013/2014, o corpo docente era composto por 174 profissionais, distribuídos pelos vários níveis de ensino, em 2014/2015 o número de docentes contabilizou um total de 173 docentes, sendo que este número aumentou para 190 no ano letivo de 2015/2016.

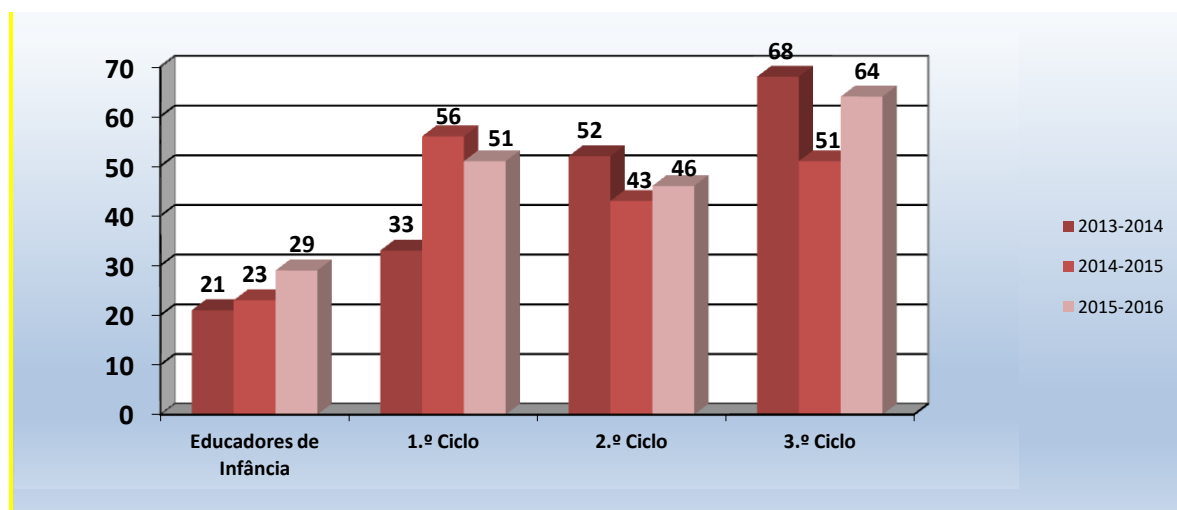


Gráfico n.º 1 - Distribuição dos docentes ao serviço na Escola Básica Integrada, por nível de ensino

Os recursos humanos ao nível dos serviços de Educação Especial estão afetos à Unidade Orgânica, permitindo desta forma, otimizar a organização e gestão escolar. O quadro seguinte expõe os elementos do Quadro de Nomeação Definitiva afetos ao Núcleo de Educação Especial.

Docentes do grupo 101	Docentes do grupo 111	Docentes do grupo 700	Outros Técnicos (Psicólogos)
1	4	2	2

Quadro n.º 13 - Recursos humanos que integram o Núcleo de Educação Especial

#### 4.4.3. O PESSOAL NÃO DOCENTE

A caracterização do pessoal não docente é importante para a compreensão da realidade escolar.

A maior parte do pessoal não docente desta escola é do sexo feminino.

De acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Administrativos da Escola, foram elaborados quadros relativos ao ano letivo de 2015/2016, onde é possível conhecer o número de elementos do pessoal não docente, a sua categoria, qualificação e situação profissional.

<b>Categorias</b>	<b>Situação Profissional</b>	<b>Nº</b>
Psicóloga	Efetivo	2
Psicóloga	Contratada	1*
Terapeuta da fala	Contratada	2
Nutricionista	Contratada	1*
Assistente técnico	Efetivo	9
	Contrato	3*
Assistente operacional	Efetivo	63
	Contrato	12*
<b>TOTAL</b>		<b>93</b>

**Quadro n.º 14** - Categorias e situação profissional do pessoal não docente (\* outros programas de emprego e parcerias)

Dos 93 elementos do pessoal não docente que estiveram a exercer funções na escola, no ano letivo 2015/2016, 74 pertencem ao quadro da escola, o que permite concluir que o elenco de funcionários desta escola é bastante estável.

#### **Rácio aluno/funcionário**

O quadro seguinte estabelece a comparação do número de alunos e funcionários nos anos letivos de 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016.

<b>Ano letivo</b>	<b>Número de Alunos</b>	<b>Número de Funcionários</b>	<b>Rácio</b>
2013/2014	1726	65	26,6
2014/2015	1670	64	26,1
2015/2016	1609	63	25,5

**Quadro n.º 15** – Rácio funcionário/aluno

Como se pode constatar, o número de alunos e funcionários tem vindo a diminuir, bem como o rácio aluno/funcionário.

## **5. A ESCOLA QUE QUEREMOS**

### **5.1. OBJETIVOS E VALORES**

A escola deve ser capaz de formar cidadãos livres, autónomos, responsáveis e capazes de intervir na sociedade. Deste modo os objetivos e os valores que a seguir se explicita visam contribuir para a formação integral do futuro cidadão. Pretende-se, assim, uma escola capaz de:

- Construir e tomar consciência da identidade pessoal e social dos indivíduos;
- Permitir a participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica;
- Incutir o respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- Valorizar diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão;
- Desenvolver o sentido de apreciação estética do mundo;
- Permitir o desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo;
- Desenvolver uma consciência ecológica que permita a valorização e a preservação do património natural e cultural;
- Valorizar as dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros;
- Transformar o meio, através de projetos e diversificar as ofertas educativas;
- Detetar a tempo as dificuldades, os ritmos de aprendizagem diferenciados dos discentes, compensando-os através de percursos pedagógicos adequados, de modo a prevenir situações de abandono escolar;
- Promover mecanismos de apoio educativo com o objetivo de promover o sucesso escolar;
- Reconhecer as diferenças e promover ações de intervenção social e económica junto dos alunos e das famílias mais carenciadas;
- Valorizar e desenvolver formas de comunicação, conhecimento e expressão diferenciadas;
- Permitir a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos responsáveis e intervenientes no meio, no país e no mundo;
- Valorizar o seu papel social e a sua importância a nível local;

- Preocupar-se com a melhoria da vida escolar, nomeadamente no que concerne às condições de trabalho e de lazer;
- Procurar a concretização de saberes mediante a valorização de aprendizagens significativas, criando no aluno curiosidade intelectual, inter-relacionando o saber e o saber fazer, a cultura escolar e o dia-a-dia, e o gosto pelo saber, na perspetiva da educação ao longo da vida;
- Promover a saúde realçando as questões relacionadas com a alimentação, higiene e educação sexual;
- Promover a qualidade de vida, potenciando um desenvolvimento físico integral, capaz de fomentar a inclusão mediante a dinamização de atividades físicas e desportivas adaptadas.

## 5.2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Foram definidas as áreas de intervenção estabelecidas como prioritárias após a análise de inquéritos e documentação relativa ao desempenho dos alunos, assim como, a partir da constatação *in loco*.



Esquema n.º 6 – Áreas de Intervenção



### **5.3. ESTRATÉGIAS E PLANOS DE AÇÃO**

No presente projeto educativo, tendo em conta as áreas de intervenção apontadas anteriormente, privilegiar-se-á as estratégias conducentes à sua resolução.

As estratégias e planos de ação cujas linhas orientadoras, descritas nos pontos seguintes, poderão ser dinamizadas em colaboração com a Equipa de Saúde Escolar, como tem vindo a acontecer nos últimos anos.

#### **Instalações e Equipamentos**

As instalações foram identificadas como principal área de intervenção.

No que respeita à Escola EB 2,3 de Capelas, as principais necessidades detetadas anteriormente serão colmatadas com as obras de requalificação, cujo projeto foi recentemente apresentado à comunidade.

Relativamente às escolas da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo continua a ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada a melhoria e conservação dos edifícios. Uma vez que o projeto de requalificação da Escola Básica 2,3 de Capelas não contempla salas para o 1.º ciclo, como anteriormente previsto, será necessário a requalificação das escolas do 1.º ciclo de modo a dotá-las de condições dignas de promoção do sucesso educativo. Constatou-se que grande número de pais/encarregados de educação do 1.º ciclo, quando inquiridos, se mostra preocupado com a falta de condições que os estabelecimentos de ensino apresentam.

No sentido de proporcionar melhores condições de ensino, continua a ser preocupação da escola, no próximo triénio, a melhoria e aquisição dos equipamentos escolares, nomeadamente o mobiliário e o material informático e audiovisual. Importa ainda promover a aquisição de materiais de Educação Física, para suprir as necessidades existentes.

As condições dos espaços físicos em que os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) recebem apoio individualizado e especializado, e o seu apetrechamento, são outros dos fatores que contribuem para uma escola inclusiva. É, pois, importante que se observe uma melhoria destes espaços, sobretudo no que concerne aos estabelecimentos de ensino básico, onde a quase inexistência de espaços apropriados dificulta a intervenção especializada junto dos alunos com NEE.

Promover a inclusão é criar serviços de qualidade, por isso, não se pense que seja defensável um sistema de escola inclusiva que repouse inteiramente nas atitudes mais ou menos idealistas e éticas do professor. Sem mais recursos a chegar à escola será muito difícil

que esta escola seja capaz de aumentar o seu leque de respostas. E se se pede às escolas para diversificar a sua resposta, para criarem serviços adaptados às crianças com NEE é essencial que mais recursos humanos e materiais devam ser adstritos à escola. A escola inclusiva pressupõe uma escola com uma forte confiança, que possui os recursos necessários para fazer face aos problemas.

### **Segurança**

Além de um bom conhecimento e informação neste domínio, importa criar uma cultura de segurança, nomeadamente interiorizando procedimentos e comportamentos, assim como adotando as necessárias medidas de prevenção.

No entanto, apesar do esforço realizado pela escola nesse sentido, verificou-se, através da análise dos resultados de inquéritos realizados aos alunos, que um número muito significativo continua a não utilizar capacete quando anda de bicicleta, de patins em linha ou de *skate*. Neste sentido, a escola irá reforçar a promoção de ações de sensibilização junto dos alunos para as questões de segurança. Também é preocupação dos pais/encarregados de educação o reduzido número de assistentes operacionais existentes nos estabelecimentos de ensino.

Deste modo, continua a ser importante garantir as condições de segurança da população escolar e de prevenir situações de insegurança. Assim, a escola deverá continuar a:

- Solicitar a vigilância das áreas envolventes das escolas, por entidades policiais;
- Requerer o policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas;
- Reforçar o controlo das entradas e saídas dos recintos escolares;
- Aumentar a vigilância, nos recreios, por parte dos funcionários, principalmente nos intervalos.

Ainda no âmbito da segurança, e tendo em conta que é uma região de elevado risco sísmico, os exercícios de evacuação, envolvendo todos os utentes da escola, são fundamentais para a criação de rotinas de comportamentos e de atuação em caso de catástrofe.

Todas as orientações a seguir em caso de emergência nas escolas do 1.º Ciclo, desta Unidade Orgânica, estão contempladas nos Planos de Segurança Interna, que se encontram devidamente atualizados, de acordo com a legislação em vigor.

De registar que no caso da Escola EB 2,3 de Capelas o Plano de Segurança e Evacuação deverá ser atualizado, devido ao encerramento do Bloco D e das oficinas do Bloco C, ao alargamento desta escola para um bloco e oficinas da Escola Profissional de Capelas e à prevista requalificação da escola.

### **Indisciplina/Violência**

A escola deverá ser um espaço agradável, de todos e para todos, onde a cultura e os valores devem andar lado a lado. No entanto, continua a verificar-se a existência de violência, nomeadamente, através de luta física e atos de *bullying*, tal como verificamos na análise dos resultados dos inquéritos.

Relativamente à indisciplina, através da análise estatística dos dados do Gabinete de Apoio Disciplinar, do ano letivo transato, verifica-se uma tendência de decréscimo dessas situações.

Conscientes de que mais do que combater a indisciplina/violência, há que a prevenir e, para tal, é necessário adotar estratégias de prevenção, pelo que se apresentam as seguintes linhas orientadoras:

- Uniformizar critérios a seguir pela comunidade escolar;
- Estabelecer regras de corresponsabilização dos alunos, das famílias, dos professores e funcionários, relativamente à convivência, frequência e sucesso escolar e educativo dos alunos;
- Adotar medidas preventivas capazes de responder à atual situação, através da negociação de protocolos de cooperação entre a escola e os agentes sociais integrados no meio onde a escola se insere;
- Desenvolver atividades culturais, físicas e desportivas como meios de convivência saudável, no contexto da vivência em grupo;
- Organizar conferências sobre a violência no meio escolar;
- Valorizar elementos e atitudes de não-violência;
- Realçar os conteúdos sobre a paz, a não-violência e os direitos humanos na Área Curricular Não Disciplinar de Cidadania;
- Estimular habilidades sociais e positivas na resolução de conflitos;
- Organizar espaços de debate e discussão na comunidade educativa sobre a indisciplina e a violência;
- Desenvolver parcerias com as Organizações Não Governamentais (ONG) para operacionalizar ações de combate à violência;
- Promover o acompanhamento, pelos Serviços de Psicologia e Orientação, das crianças e adolescentes envolvidos em atos de violência.

### **Ensino e Aprendizagem**

Sendo o processo de ensino/aprendizagem uma área de extrema importância a escola deverá primar por um ensino de qualidade.

As respostas educativas que promovem a qualidade das aprendizagens dos alunos têm de ser encontradas para todos os ciclos, se bem que seja essencial combater o problema a partir da base.

Superar as dificuldades de aprendizagem é outra das nossas preocupações e área de intervenção, uma vez que estas conduzem com frequência ao insucesso escolar, que, por sua vez, pode levar à retenção e ao consequente aumento do desinteresse por parte dos alunos, com o risco de posterior abandono escolar sem qualquer qualificação.

Neste sentido, a escola irá privilegiar, sempre que possível, a formação de turmas com características homogéneas.

Para se melhorar significativamente a qualidade das aprendizagens e reduzir as taxas de insucesso e abandono escolar precoce, o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso) atua em três eixos de ação, transversais e intercomunicantes, com foco na qualidade das aprendizagens dos alunos, na promoção do desenvolvimento profissional dos docentes e na mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais. Para cada um deles foram delineadas e criadas medidas, umas de carácter transversal, para implementar em todas as unidades orgânicas, e outras especificamente criadas para desenvolver em algumas escolas em particular.

Neste âmbito, torna-se fundamental continuar a:

- Implementar modalidades de apoio educativo;
- Envolver os pais/encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos;
- Sensibilizar os pais/encarregados de educação para a importância da escola no futuro profissional dos seus educandos;
- Promover a utilização da caderneta como meio facilitador da comunicação com os pais/encarregados de educação;
- Estabelecer estratégias comuns de atuação ao nível dos Conselhos de Turma/Núcleos;
- Implementar metodologias diversificadas, tendo por referência os diferentes ritmos de aprendizagem;
- Implementar práticas pedagógicas baseadas na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);

- Desenvolver recursos pedagógicos audiovisuais e de multimédia;
- Reforçar o papel do Serviço de Psicologia e Orientação no acompanhamento dos alunos e na orientação escolar e vocacional ajudando-os a encontrar os percursos mais adequados aos seus interesses e competências;
- Criar respostas educativas, na escola, e em articulação com a comunidade educativa que valorizem o potencial dos alunos.

### **Estilos de Vida Saudáveis**

É um desafio para toda a comunidade educativa adquirir estilos de vida saudáveis. Por isso, é importante informar e inculcar valores que lhes permitam optar por esses estilos de vida. Deste modo, para se conseguir esse objetivo deve-se ter em conta a alimentação, a prática de exercício físico, o número de horas de sono, as relações afetivo-sexuais, a higiene e as dependências (televisão, jogos virtuais, redes sociais, álcool, tabaco e outras drogas).

A seleção destas temáticas resulta da análise dos resultados dos inquéritos realizados.

Neste sentido, a ação desta unidade orgânica deverá centrar-se em:

- Dinamizar ações de sensibilização e informação sobre a alimentação saudável, a importância da prática de exercício físico regular, o sono restaurador, as relações afetivo-sexuais saudáveis, a higiene e as dependências de televisão, dos jogos virtuais, das redes sociais, do álcool, do tabaco e de outras drogas;
- Controlar/limitar a venda de alimentos/bebidas com excesso de açúcar, gordura e sal no recinto escolar;
- Promover atividades físicas que vão ao encontro do interesse dos alunos;
- Definir normas e orientações para a prevenção das toxicodependências no meio escolar;
- Contactar estabelecimentos de saúde, psiquiatras, psicólogos, nutricionistas, desportistas, entre outros, que trabalhem na prevenção, de modo a promover esclarecimentos e debates sobre as problemáticas acima referidas;
- Estabelecer contactos com as autoridades policiais, no sentido de informar sobre o enquadramento legal das dependências;
- Encaminhar os alunos, sempre que necessário, para os Serviços de Psicologia e Orientação, para a Equipa Multidisciplinar da escola ou para outras entidades.

### **Educação Ambiental**

A preocupação com a proteção do meio ambiente está cada vez mais presente no dia-a-dia. A escola como parte integrante da sociedade tem um papel importante na formação dos jovens tornando-os adultos responsáveis e interventivos na defesa do futuro do planeta. Assim, o ponto de partida será incentivar os alunos a promover e respeitar a qualidade ambiental dos espaços interiores e exteriores da escola, no sentido, também, de criar bons hábitos ecológicos e de higiene.

Neste sentido, a ação desta unidade orgânica deverá centrar-se em dinamizar ações de sensibilização e informação sobre a preservação do ambiente e responsabilizar a comunidade educativa para a importância da limpeza dos espaços interiores e exteriores do recinto escolar.

### **Educação Especial**

A escola constitui o meio mais capaz e eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, colaborando na construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Esta premissa é tanto mais verdadeira se compreendermos a escola como um microssistema da sociedade, cuja missão é a de transmitir aos seus alunos não só saberes disciplinares e não disciplinares, como também atitudes, competências, valores, requisitos relacionais e críticos, determinantes à participação social e laboral. Deve cumprir esta missão sem qualquer tipo de discriminação, ou seja, sem deixar para trás ou de fora aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. Só assim cumpre os princípios da Declaração de Salamanca, que se resumem à educação para todos.

Compete à escola proceder a adequações de natureza organizativa e de funcionamento a fim de poder dar uma resposta apropriada aos alunos com necessidades educativas especiais, designadamente a mobilização de serviços especializados para o potencial de funcionamento biopsicossocial dos alunos.

Abordar a escola que queremos no âmbito do Projeto Educativo de Escola, impõe projetarmos no futuro próximo uma escola mais inclusiva, uma escola de todos e para todos, para que assim se cumpram todos os princípios da Declaração de Salamanca.

Desde logo é fundamental que aconteça uma mudança generalizada na atitude com que se perspetiva e prospetiva as necessidades educativas especiais, pois dela depende o percurso dos alunos. É essencial que se continue a fomentar e a investir na flexibilização do currículo, na pedagogia diferenciada centrada no aluno, na implementação de estratégias diferenciadas e

ajustadas, como a aprendizagem cooperativa. É imperativo que o órgão de gestão da unidade orgânica continue a promover a cooperação entre professores, alunos e encarregados de educação e que promova parcerias com outras instituições e entidades da comunidade, suscetíveis de colaborar no processo de intervenção terapêutica junto da criança com Necessidades Educativas Especiais. Falamos, por exemplo, no âmbito da saúde, de terapeutas ocupacionais, psicomotricistas, pedopsiquiatras e psicólogos clínicos e no âmbito de terapias, da hidroterapia e da hipoterapia.

Cabe destacar que os docentes de Educação Especial devem continuar a atuar como consultores de apoio junto dos professores do ensino regular, sendo responsáveis por ajudá-los no desenvolvimento de estratégias e atividades que apoiem a inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas turmas regulares. É por isso essencial que se continue a apostar numa relação de estreita colaboração entre professor do ensino regular e professor de Educação Especial, em benefício do aluno e do seu projeto de vida.

#### **5.4. OUTROS PLANOS DE AÇÃO**

##### **Formação**

A formação é de extrema importância num mundo em permanente transformação. Deverá assim ser um processo contínuo para permitir constantes atualizações, de modo a facilitar a tarefa de adaptação às novas realidades. Para além disso, deverá abranger diversos domínios, de forma a contemplar as várias áreas de intervenção da comunidade educativa.

O investimento na formação, em matéria de necessidades educativas especiais é fundamental para que se eliminem sentimentos de desconforto, insegurança e ansiedade quando se tem de lidar com crianças com Necessidades Educativas Especiais.

#### **5.5. LINHAS ORIENTADORAS DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES E PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA**

O Plano Anual de Atividades (PAA) é o documento que operacionaliza o Projeto Educativo enquanto instrumento de planificação das atividades para o período de um ano letivo, consistindo, basicamente, na decisão sobre os objetivos a alcançar e na previsão e organização das estratégias, meios e recursos para os implementar. Para que o Plano Anual de Atividades possa constituir uma resposta adequada às necessidades educacionais da comunidade educativa, é preciso ter em conta, aquando da sua elaboração, as orientações

decorrentes da análise do relatório final de execução do PAA do ano letivo anterior e um levantamento das necessidades a partir de um diagnóstico da situação real da escola.

O Projeto Curricular de Escola (PCE) é um meio facilitador da organização de dinâmicas de mudança, que propiciem aprendizagens com sentido, numa escola de sucesso para todos. Assim, o PCE privilegia as faculdades de saber fazer e interagir, dando vez e voz aos discentes a que se destina, ao mesmo tempo que faz gerar aprendizagens significativas.

Estes documentos deverão ter como ponto de partida a operacionalização do Projeto Educativo de Escola, nas suas diferentes vertentes.

Neste sentido, o Plano Anual de Atividades deverá ser capaz de mostrar como se vai passar à ação e mobilizar a comunidade educativa na sua conceção e realização.

A gestão do currículo operacionaliza-se através do Projeto Curricular de Escola, no sentido de permitir aprendizagens significativas no âmbito dos conteúdos programáticos e do processo ensino/aprendizagem, de forma a irem ao encontro das vivências e necessidade dos alunos.

Trata-se, por isso, de um documento que visa flexibilizar a organização escolar, de forma a garantir uma transversalidade nas diferentes áreas do conhecimento, definindo critérios de avaliação, de modo a melhorar o processo educativo.

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS DO PROJETO**

### **6.1. DIVULGAÇÃO**

O presente projeto será divulgado junto da comunidade educativa, através da Associação de Pais ou representantes dos encarregados de educação, ao pessoal docente, através dos coordenadores de Núcleo e Departamento, ao pessoal não docente, através do representante do pessoal não docente, e à comunidade em geral através da página da escola, na internet.

### **6.2. AVALIAÇÃO**

O Projeto será sujeito a avaliações intermédia e final. Para o efeito, deverá ser formada uma comissão de acompanhamento do projeto, designada pelo Conselho Executivo, que poderá integrar outros elementos indicados pelo Conselho Pedagógico. Esta comissão elaborará um



relatório que será apreciado pelo Conselho Pedagógico e pela Assembleia de Escola, órgão responsável, em última instância, pela aprovação, acompanhamento e avaliação da concretização das medidas constantes do Projeto Educativo.

Cabe à Assembleia de Escola, tendo em mente as grandes linhas do Projeto Educativo, avaliar a coerência, a pertinência e a eficácia das atividades desenvolvidas. Elaborará, então, um parecer global onde constarão as recomendações que achar necessárias, dirigido ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Executivo.

### **6.3. REVISÃO**

O presente projeto será revisto nos prazos estabelecidos para o efeito, tendo em conta a avaliação referida no ponto anterior.

# ANEXOS